

**AgInt no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167883 - MG (2019/0251844-4)**

**RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**

**AGRAVANTE : EVANILDO CRISOSTOMO LOPES**

**ADVOGADOS : RODRIGO DOURADO DUARTE - MG120494  
FELIPE DOURADO LAGES - MG110695**

**AGRAVADO : TRANSVALENTE LOGISTICA LIMIDADA EM  
RECUPERACAO JUDICIAL**

**ADVOGADOS : RONAN SARAIVA FRANCO AMARAL E OUTRO(S)  
- MG107157**

**BRAULIO FERREIRA DUTRA - MG152124**

**JOAO ANDRE DA SILVA NETO - MG180233**

**SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE  
VESPASIANO - MG**

**SUSCITADO : JUÍZO DA 11A VARA DO TRABALHO DE BELO  
HORIZONTE - MG**

### **EMENTA**

AGRAVO INTERNO. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AGRAVANTE AUTOR DA AÇÃO TRABALHISTA. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA PARA A DEVEDORA SUBSIDIÁRIA. PREVISÃO CONTRATUAL DE RETENÇÃO DE CRÉDITO NAS FATURAS DE PAGAMENTOS FUTUROS REALIZADOS PELA SUBSIDIÁRIA EM FAVOR DA RECUPERANDA. CONSTRIÇÃO DO PATRIMÔNIO DA RECUPERANDA DE MANEIRA INDIRETA. SÚMULA 480/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. PRETENSÃO DO EXEQUENTE TRABALHISTA PARA RECONHECER A REGULARIDADE DOS ATOS EXECUTÓRIOS PRATICADOS PELO JUÍZO TRABALHISTA QUE DEVE SER ANALISADA EM RECURSO PRÓPRIO.

1. Na espécie, a constrição do patrimônio da recuperanda é passível de ocorrer indiretamente, devido à cláusula do contrato de prestação de serviços celebrado entre as reclamadas, empresa recuperanda e devedora subsidiária, que prevê a retenção de crédito nas faturas a serem pagas à suscitante, na hipótese de redirecionamento de execução trabalhista contra a segunda reclamada, de modo que compete ao Juízo recuperacional a apreciação de quaisquer medidas constitutivas a serem tomadas contra a empresa.

2. A real pretensão do agravante - autor e exequente na ação trabalhista - é ver reconhecida a possibilidade do prosseguimento dos atos executórios em face da devedora subsidiária praticados pelo Juízo trabalhista, tese que somente pode ser analisada em recurso próprio, a ser processado e julgado perante o Tribunal competente. Precedentes desta Corte.

3. Agravo interno não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Antonio Carlos Ferreira, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Buzzi, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

Brasília, 31 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Luis Felipe Salomão  
Relator